



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Ofício n.º 561 /1.ª-CACDLG/XIV/2021
NU: 679886

Data: 23-06-2021

ASSUNTO: Informação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 937/XIV/2.ª (Ninsc. JKM) - Recomenda ao Governo o reforço da proteção social e amplificação dos mecanismos de apoio às vítimas de violência doméstica no âmbito da pandemia da Covid-19 e dos sucessivos confinamentos.

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, e para o efeito do agendamento da sua votação final na próxima sessão plenária, cumpre-me remeter a Vossa Excelência a súmula da discussão do Projeto de Resolução identificado em epígrafe, que teve lugar na reunião da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação de dia 16 de junho de 2021, posteriormente ratificada pela 1.ª Comissão.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SUBCOMISSÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Informação

sobre a discussão do

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 937/XIV/2.ª (NINSC JKM)

***RECOMENDA AO GOVERNO O REFORÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL E
AMPLIFICAÇÃO DOS MECANISMOS DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA COVID-19 E DOS SUCESSIVOS
CONFINAMENTOS***

O Projeto de Resolução n.º 937/XIV/2.ª (Ninsc JKM) – «*Recomenda ao Governo o reforço da proteção social e amplificação dos mecanismos de apoio às vítimas de violência doméstica no âmbito da pandemia da Covid-19 e dos sucessivos confinamentos*», deu entrada na Assembleia da República em 9 de fevereiro de 2021, tendo, na mesma data, baixado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Em 22 de abril de 2021, a Subcomissão para Igualdade e não Discriminação foi incumbida de realizar a discussão da iniciativa identificada em epígrafe.

Intervieram na discussão na Subcomissão, na reunião de 16 de junho de 2021, além da proponente, a Senhora Presidente da Subcomissão, Deputada Lina Lopes (PSD) e igualmente as Senhoras Deputadas Beatriz Gomes Dias (BE), Emília Cerqueira (PSD), Susana Amador (PS) e Alma Rivera (PCP), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

A **Senhora Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira**, apresentando a sua iniciativa, começou por salientar que aquele projeto de resolução tinha sido apresentado em fevereiro, período em que a situação pandémica se encontrava num estado mais agravado, pelo que, na altura, o objetivo era que, num ambiente de estado de emergência, em que o número de casos de violência de doméstica tinha aumentado, se procurasse



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SUBCOMISSÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

reforçar as respostas institucionais. Deu destaque à proposta de criação de uma entidade que promovesse programas de prevenção centrados nos agressores, pois o foco da pena não podia ser meramente punitivo, mas devia ser igualmente regenerador. Afirmou ser necessário melhorar os planos de segurança, aplicando efetivamente a Convenção de Istambul e chamou a atenção para a importância de uma educação sexual com enfoque na igualdade de género. Defendeu a criação de gabinetes especializados, referindo que, atualmente, muitas mulheres eram desincentivadas quando recorriam às esquadras para apresentar queixa. Por último, frisou a importância de reforçar as verbas concedidas às organizações que combatem a violência doméstica.

A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) saudou a proponente pela iniciativa, especialmente pela proposta de medidas com enfoque nos agressores. Sublinhou a importância de encontrar respostas robustas para a desconstrução dos papéis de género, afirmando que a violência sobre as mulheres era fruto de uma construção social sobre o papel da mulher. Apontou a necessidade de refletir sobre formas de empoderamento das mulheres e de reforçar o trabalho junto dos jovens no combate às práticas de controlo dos parceiros, que se encontravam naturalizadas. Disse também ser preciso reforçar a autonomia das mulheres, referindo que era um trabalho que demorava e que devia ser contínuo.

A Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) disse que o seu Grupo Parlamentar se revia em algumas das recomendações constantes na iniciativa em debate, nomeadamente quanto à necessidade de reformar as fichas de avaliação de risco. Relativamente à atribuição do estatuto de vítima de violência doméstica às crianças que vivenciem aquele tipo de contexto, lembrou que se encontravam a ser apreciadas um conjunto de iniciativas legislativas sobre a matéria, pelo que não lhe parecia adequado discutir o tema naquela sede. Manifestou a sua concordância com a necessidade de formação contínua dos agentes que operam junto das vítimas de violência doméstica e questionou se a Subcomissão detinha competências para recomendar a criação de uma disciplina. Por último, alertou que já existiam vários programas em matéria de combate à violência doméstica, pelo que antes de se recomendar a criação de novos programas era conveniente



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SUBCOMISSÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

perceber o que já existia, por forma a evitar sobreposição ou repetição de medidas, sem prejuízo da possibilidade de reforçar os programas existentes.

A **Senhora Deputada Susana Amador (PS)** começou por salientar o consenso em torno do tema do combate à violência doméstica, referindo que o projeto de resolução incidia sobre várias áreas de intervenção, algumas delas que já se encontravam em curso, inclusive através da apreciação de um pacote legislativo, e outras que requeriam análise prévia, como era a recomendação relativa à alteração da matriz curricular, que dependia sempre de parecer prévio do Conselho Nacional da Educação. A esse propósito, afirmou que seria interessante promover audições que permitissem fazer uma avaliação do impacto da educação para a cidadania naquela matéria. Disse também que os programas com enfoque nos agressores eram fulcrais, informando que um desses programas seria objeto de avaliação no decurso do presente ano, pelo que seria relevante aguardar pelas conclusões dessa avaliação. No que concerne à criação de gabinetes especializados, destacou a meta traçada pelo Governo de instalação daquele tipo de gabinetes em 100% das esquadras do país, objetivo que esperava ver cumprido. Por último, deu ainda nota de que as fichas de avaliação de risco se encontravam a ser revistas por equipas que integravam elementos do Ministério da Justiça e do Ministério da Administração Interna, com envolvimento igualmente da Academia.

A **Senhora Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira** agradeceu as intervenções e manifestou a sua disponibilidade para introduzir algumas das sugestões de melhoria, designadamente, prontificou-se a eliminar a recomendação constante do ponto sétimo, atendendo à apreciação em curso de iniciativas legislativas sobre a matéria. No que respeita à formação dos agentes que operam junto das vítimas de violência doméstica, reconheceu que já existiam programas, contudo, reafirmou a necessidade de reforçar essas respostas em período de pandemia e deu ainda nota de que, pelo que conhecia, a formação existente não tinha carácter contínuo, ocorrendo de forma pontual ou enquanto formação inicial. Demonstrou igualmente a sua disponibilidade para adequar as expressões utilizadas no projeto de resolução relativamente às fichas de avaliação de risco e disse ainda que cabia ao Governo encontrar cabimento orçamental para o reforço das



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SUBCOMISSÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

verbas de apoio às organizações que trabalham na área. Quanto à alteração da matriz curricular, disse conhecer a existência da disciplina da educação para a cidadania, contudo, tal disciplina não incluía obrigatoriamente formação sobre educação sexual, em particular, sobre o tema do abuso sexual. Afirmou que não apresentava iniciativas sem antes tomar conhecimento do *status quo*, através de relatórios e estudos sobre as matérias, e que sabia já existiam medidas no âmbito do combate à violência doméstica, não obstante, era seu entendimento que tais medidas deviam ser reforçadas, especialmente, durante o período da pandemia. Por último, quanto aos programas de prevenção focados nos agressores, enfatizou que o seu objetivo era a criação de uma entidade responsável pela formação contínua dos homens condenados, frisando que o acesso aquele tipo de programas devia ser universalizado.

A **Senhora Deputada Alma Rivera (PCP)** começou por sublinhar que a componente económico-financeira não podia ser desvalorizada na discussão daquela matéria, aludindo à desigualdade salarial entre homens e mulheres. A propósito dos programas de prevenção dirigidos aos agressores, recordou a visita ao Estabelecimento Prisional de Lisboa e as palavras da Diretora do estabelecimento, que lamentava a interrupção daqueles programas devido à pandemia, e salientou a importância dos programas na diminuição da reincidência do crime de violência doméstica. Afirmou que, da sua perspetiva, era necessário implementar uma estratégia multidisciplinar na abordagem da educação sexual nas escolas, não considerando adequado a criação de uma disciplina autónoma. Por último, disse que, independentemente de existirem aspetos que podiam ser melhorados, acompanhavam a discussão tida de forma global.

A **Senhora Deputada Susana Amador (PS)** usou novamente da palavra para esclarecer que a disciplina da educação para a cidadania tinha carácter obrigatório para os 2.º e 3.º ciclos. Também a **Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD)** retomou o uso da palavra para informar, como declaração de interesses, que era uma das subscritoras da carta aberta contra a obrigatoriedade da disciplina da educação para cidadania nas escolas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SUBCOMISSÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

No encerramento da discussão, a **Senhora Presidente** agradeceu todas as intervenções e referiu que, conforme havia resultado do debate, fazia todo o sentido a Subcomissão ouvir o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação sobre o impacto da educação para a cidadania no contexto do combate à violência doméstica.

Palácio de S. Bento, 16 de junho de 2021